

Em 21 de Junho de 2023, às 18h00, na Sede da Secretaria de Cultura e Turismo, realizou-se reunião sobre a Lei Paulo Gustavo, Lei Complementar nº195.

A reunião contou com a presença dos representantes do poder público Secretário de Cultura e Turismo Valmir Baptista Damas, Diretora de Cultura Agacir Eleutério, Leticia Simões, Júlio Felix, André Pellegrino e Paulo Barros.

A reunião iniciou-se com uma breve apresentação do Secretário de Cultura e Turismo Valmir Baptista Damas, que passou a vez para o servidor Júlio Felix, que seguiu com a apresentação do plano de ação, o resultado das oitivas e da consulta pública sobre a Lei Paulo Gustavo.

A apresentação seguiu-se da seguinte forma: leitura dos artigos da Lei Complementar nº195, apresentação dos gráficos com os resultados obtidos nas oitivas e consulta pública e das propostas elaboradas pela equipe da Secretaria de Cultura e Turismo para discutir com os presentes.

A proposta sugerida para o gráfico do inciso I, parágrafo 6º, voltou-se para editais de fomento e premiação, de acordo com toda documentação apresentada, para os seguintes segmentos: produção de média e curta metragem, produção de documentário, ficção e animação, produção de webséries, produção de games, desenvolvimento de roteiros, produção de Vodcast, produção de Videoclipes.

Foram apresentados os resultados para o gráfico do inciso II, do mesmo parágrafo, onde havia dúvidas sobre a aquisição de equipamentos. O servidor Júlio Felix esclareceu que o ministério da cultura apresentou a resposta, devidamente lida pelo servidor, e com isso foi sugerida para esse inciso a proposta de fomento para as modalidades: Criação de cinemas de rua e criação de cinemas itinerantes.

A proposta sugerida para o gráfico do inciso III, voltou-se para editais de bolsas de estudos e fomento, para as seguintes modalidades: apoio a pesquisas e ou estudos sobre o audiovisual, apoio à capacitação, formação e qualificação no audiovisual.

A proposta sugerida para o gráfico do artigo 8º, dirigiu-se para editais de fomento e premiação para os seguintes segmentos: Artes visuais/fotografia, artes cênicas, cultura africana e afro-indígena/capoeira, cultura popular/tradicional, cultura urbana/Hip Hop, economia criativa/artesanato/empreendedor, literatura, música, novas mídias/mídia arte, patrimônio cultural, produção cultural/gestor cultural

Após a apresentação, o servidor Júlio Felix propôs abrir discussão para avaliar as propostas e esclarecer dúvidas.

O participante Tiago perguntou sobre artistas de outros municípios e também uma dúvida sobre as premiações. Agacir esclareceu que todos os municípios, que solicitarem, irão receber a verba e diante da orientação do Ministério, disse que o artista participante poderá receber a verba no município que ele reside ou executa atividade cultural, disse ainda que Santana de Parnaíba, priorizará os munícipes e trabalhadores da cultura do município.

Leticia passou para a participante Mariana, que trouxe a questão sobre os gráficos,questionando se entraria no edital os itens menos votados. Agacir esclareceu que sim, os itens menos votados estão em discussão, pois não obtiveram média. Júlio acrescentou que haveria possibilidade de criar um edital para algum item menos votado e não ter participantes, ocasionando no encerramento do edital,remanejamento e criação de outro edital.

A participante Carol sugeriu ideias para premiações.

O participante Marcos sugeriu que artes visuais e economia criativa estejam numa mesma categoria, pois na sua visão, fabricar arte, vender a arte e viver da arte já valida essa união.

A participante Carol fez uma pergunta sobre empreendedorismo e aquisições de bens, Agacir explicou que sobre o assunto de aquisições, esperava outra normativa do Ministério esclarecendo melhor essa questão.

A participante Francine questionou sobre as aquisições de bens, dando exemplos de reuniões da Lei Paulo Gustavo que participou em outros municípios, e que havia entendido que poderia haver a aquisição de bens, dando exemplo de Barueri e São Paulo. Agacir disse que havia entrado em contato com o Ministério e que somente no dia 19 de junho havia sido publicada uma instrução normativa sobre o assunto.

Outra participante perguntou se poderia entrar em mais de uma categoria, Agacir respondeu que a ideia é que haja uma distribuição desse dinheiro, alcançando mais artistas e evitando a concentração.

A participante Francine disse que conta com muitos projetos e perguntou se inscrevendo seus projetos, a comissão selecionará esses projetos. Agacir respondeu que pode concorrer, mas que apenas um deverá ser contemplado.

Outra participante questionou a participação em outros projetos, não sendo proponente. Agacir respondeu que o ideal é não ser proponente mais de uma vez, mas que, em princípio, poderia participar de outro projeto (como equipe). Essas questões serão resolvidas pela Secretaria de Negócios Jurídicos.

Um participante disse que é produtor, com alguns projetos e questionou a verba destinada ao inciso I, onde ele agindo como único proponente, convidaria o maior número de artistas da cidade para participar do projeto.

O participante Milton (Tom), comentou sobre o projeto que está promovendo.

Uma participante questionou sobre a proposta do inciso I, sugerindo somente editais de fomento para alcançar o maior número de profissionais.

O Participante Marcos sugeriu que fossem criados temas exaltando a cultura da cidade, as raças e o patrimônio cultural. Agacir respondeu que é uma sugestão, mas não em sua totalidade, tendo em vista a possibilidade de inclusão de outros temas, mas que depende de votação da maioria.

Uma participante perguntou sobre a divulgação das reuniões, que não estava encontrando as convocações. Questão respondida pelos próprios participantes, relatando a divulgação nas redes sociais e no site da prefeitura. O participante Marcos sugeriu que se crie uma rede entre os próprios artistas e munícipes para também realizar as divulgações.

O Secretário de Cultura e Turismo Valmir Baptista Damas solicitou que, para agilizar o processo, não se realizem mais reuniões e aconteça a votação do plano de ação apresentado, sendo esta a quinta reunião sobre a LPG.

Os participantes então, decidiram iniciar a votação.

Questionados sobre a proposta sugerida para o artigo 6º, inciso I: 22 participantes votaram a manutenção da sugestão apresentada com o Fomento e, alterando a premiação para 5% do valor total.

Questionados sobre a proposta sugerida para o artigo 6º, inciso II: 24 participantes votaram pela criação de cinemas de rua e cinemas itinerantes.

Questionados sobre a proposta sugerida para o artigo 6º, inciso III: A sugestão foi aprovada por unanimidade.

Questionados sobre a proposta para o artigo 8º: 21 participantes votaram a manutenção da sugestão apresentada com o Fomento e, alterando a premiação para 5% do valor total.

Encerra-se a reunião.

Eu, André Duílio H. Pellegrino, designado para secretariar a reunião, lavrei esta ata.